

# As centrais sindicais e o Governo Dilma Rousseff: primeiro ato

Eduardo Stotz

*Governo é conjuntura: quem tem mais força leva.*

(mote político)

*O povo vota de quatro em quatro anos, o mercado todo dia.*

(Domingos Cavallo, ministro da economia do governo Méнем)

*Nossa região requer trabalho para a satisfação das necessidades; por isso uma parte da sociedade, pelo menos, tem que trabalhar incansavelmente... Contudo, alguns dos que não trabalham dispõem dos frutos do trabalho de outros. Os proprietários devem agradecer esse resultado à civilização e à ordem, filhos das instituições burguesas, pois estas sancionaram o fato de que podem se apropriar dos frutos do trabalho sem trabalhar.*

(Sir Frederick Morton Eden,

A situação dos pobres ou história da classe operária na Inglaterra, 1796)

Durante o mês de janeiro de 2011, a ênfase das ações do governo, na sequência do discurso de vitória de Dilma para a presidência da República, recaiu em medidas restritivas ao crescimento econômico, como a elevação da taxa de juros e a preparação de um corte significativo do gasto público. Essas medidas podem ser interpretadas como uma política anti-cíclica, de prevenção de uma crise econômica em marcha sinalizada pelo aumento da inflação. Ao mesmo tempo, uma nova política de crescimento capitalista que começara a ser formulada no final do governo de Lula começa a ganhar contornos, tendo em vista um novo pacto com o capital financeiro.

É nesse contexto que o aumento real do salário mínimo reivindicado e em seguida reclamado pelos dirigentes das centrais sindicais deve ser situado. A conjuntura política pensada à luz dessa questão permite situar os limites da colaboração de classes que até então sustentara o governo Lula e parecia, pela eleição de sua sucessora, ter continuidade.

## **O salário mínimo na agenda política**

O processo instaura-se já no final do governo Lula. Em agosto de 2010, este governo enviou a proposta orçamentária de 2011 ao Congresso Nacional a Medida Provisória n. 516, prevendo um salário mínimo que repunha a inflação sem incorporar a variação do PIB, pois este fora negativo em 2009 devido aos efeitos da crise econômica mundial no país. O salário

mínimo de R\$540,00 seria sem aumento real, conforme um acordo estabelece entre governo e centrais sindicais em 2007. <sup>1</sup> As eleições adiaram temporariamente o debate mas, logo em seguida, os dirigentes das centrais se mobilizaram para pressionar o governo de Dilma Roussef, recém eleita. A reivindicação incluía o valor de R\$580,00 para o novo salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda em 6,46% para evitar a incidência sobre os salários que tiveram reajustes acima da inflação (a exemplo dos metalúrgicos, bancários, químicos e petroleiros) e aumento de 10% nas aposentadorias.

Em novembro de 2010, houve “sinalização” de que o limite do aumento do mínimo aceito pelo governo seria de R\$550,00. De acordo com a imprensa, a equipe econômica, falando em nome de Lula e de Dilma, “esse seria o valor mais aceitável do ponto de vista fiscal, sinalizando ao mercado financeiro que haverá uma busca de controle dos gastos públicos”, tendo em mente “a meta do superávit primário de 3,3% do PIB”. <sup>2</sup>

Entretanto, devido às pressões das centrais sindicais, o governo Dilma admitiu apenas o aumento do mínimo até 545 reais, ao mesmo tempo em que concordava com a concessão do reajuste da tabela do imposto, tendo inclusive a “área econômica” (leia-se, Guido Mantega) do governo defendido o condicionamento do reajuste da tabela à aceitação do valor do salário mínimo. <sup>3</sup> Além do controle do gasto público, a equipe econômica também passou a usar o argumento do combate à inflação.

Por outro lado, as negociações entre as centrais sindicais e o governo foram, durante a presidência de Lula, conduzidas diretamente pelo chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho. O processo foi suspenso desde dezembro de 2010. Eis o que declarou o presidente nacional da CUT, Artur Henrique: “Já havíamos conquistado esse espaço para tratar de diversos assuntos, entre eles o mínimo, o aumento dos aposentados e a correção da tabela. Em dezembro, iniciamos um processo de negociação e imaginávamos que teríamos continuidade, mas isso não aconteceu por parte do governo” <sup>4</sup>. De acordo com Rosane Bertotti, da executiva nacional da CUT e da Coordenação dos Movimentos Sociais, “foram vários pedidos, mas a audiência das centrais com o ministro Gilberto Carvalho só saiu após as manifestações em várias capitais.” <sup>5</sup>

Assim, em resposta ao que foi considerado como uma ruptura entre os dois governos em sua relação com o movimento sindical, os dirigentes resolveram voltar a “velha” tática de mobilizar as bases sindicais para se manifestar publicamente nas ruas nas capitais em todo o país. A virtude das ruas é a verdadeira redescoberta do provérbio que serve de epígrafe a esta análise: governo é conjuntura, quem pressionar mais leva. Porém sustentar essa pressão mediante a organização autônoma dos trabalhadores são “outros quinhentos”, outro caminho de luta, adequado a outros objetivos, como veremos mais adiante.

---

1 Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), União geral dos Trabalhadores (UGT) e Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST).

<sup>2</sup> Folha de São Paulo, 13/11/2011: “Lula e Dilma decidem propor mínimo de R\$550,00 em 2011”A 3.

<sup>3</sup> O Globo, 26/01/11: “Área econômica pede firmeza com centrais”, p. 3.

<sup>4</sup> CUT-SP, 19/01/2011: “Enfim, diálogo”. Notícia em <http://www.cutsp.org.br/>

<sup>5</sup> Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CUT, 27/01/11: “Movimentos sociais apóiam centrais sindicais pelo mínimo de R\$580,00”. Notícia em <http://www.cnmcut.org.br/>

A radicalização dos dirigentes diante de suas bases chegou ao ponto de Artur Henrique, presidente da CUT, criticar a posição do ministro Guido Mantega como expressão da “agenda dos derrotados”<sup>6</sup>, do pessoal que acha que tem de segurar a economia falando em redução de custo, em diminuição do papel do Estado”.<sup>7</sup>

Mas o próprio governo Dilma Roussef estava em questão, pois a orientação do chefe da Casa Civil, ministro Antonio Palocci, era a de “cobrar lealdade e responsabilidade dos aliados na votação da medida provisória do salário mínimo”. Dois dias depois, os deputados Cândido Vaccarezza (PT-SP) e Gilmar Machado (PT-MG) faziam declarações à imprensa de que era necessário respeitar o acordo de 2007 e manter o mínimo no valor de R\$545,00.<sup>8</sup>

### **O salário mínimo, mercado de trabalho e a dura luta pela sobrevivência**

Os sindicalistas das centrais insistiram em considerar o aumento do salário mínimo o “caminho para o desenvolvimento com justiça social” e “instrumento de distribuição da renda para 47 milhões de trabalhadores, aposentados e pensionistas”<sup>9</sup>, numa clara interpretação do discurso de Dilma Roussef do empenho de seu governo em acabar com a miséria absoluta e, em consequência, de aumentar o valor do Programa Bolsa Família.

O equívoco dos sindicalistas é uma espécie de auto-engano proposital, de modo a servir como um argumento em favor da reivindicação. Mas antes de analisarmos a consistência desse argumento, vejamos: quem são os beneficiários do aumento do salário mínimo? Qual o valor da cesta básica hoje? Qual deve ser o salário mínimo necessário para um trabalhador e sua família? Qual é a situação dos trabalhadores tendo em mente o mercado de trabalho para o capital?

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar de 2008, do IBGE, esta era a classificação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas economicamente por faixas de rendimentos:

---

<sup>6</sup> Tratava-se de uma ironia, pois as centrais sindicais haviam entregado à presidenta Dilma o documento “Agenda para um projeto nacional de desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho”.

<sup>7</sup> CUT-SP, 18/01/2011: “Centrais ocupam a Paulista pelos R\$580,00 e pela atualização da tabela do Imposto de renda”.

<sup>8</sup> O Globo, 24/01/11: “Em troca do mínimo, a tabela do IR”, p. 3; O Globo, 26/01/11: “Área econômica pede firmeza com centrais”, p. 3.

<sup>9</sup> CUT-SP, 19/01/11: “Centrais ocupam a Paulista pelos R\$580,00 e pela atualização do Imposto de Renda”. Notícia em Notícia em <http://www.cutsp.org.br/>

**Tabela 1 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade conforme a classe de rendimentos em 2008**

| Classe de rendimentos                   | Total (1.000 pessoas) |
|---|-----------------------|
| <b>Até ½ salário mínimo</b>             | <b>9.027</b>          |
| <b>Mais de ½ a 1 salário mínimo</b>     | <b>17.843</b>         |
| <b>Mais de 1 a 2 salários mínimos</b>   | <b>28.630</b>         |
| <b>Mais de 2 a 3 salários mínimos</b>   | <b>10.687</b>         |
| <b>Mais de 3 a 5 salários mínimos</b>   | <b>8.246</b>          |
| <b>Mais de 5 a 10 salários mínimos</b>  | <b>4.962</b>          |
| <b>Mais de 10 a 20 salários mínimos</b> | <b>1.948</b>          |
| <b>Mais de 20 salários mínimos</b>      | <b>671</b>            |
| <b>Sem rendimento</b>                   | <b>8.694</b>          |
| <b>Sem declaração</b>                   | <b>1.688</b>          |
| <b>Total</b>                            | <b>92.395.000</b>     |

Fonte: IBGE, PNAD 2008.

Aposentados e pensionistas que recebiam um (1) salário mínimo representavam 22.784.000 de pessoas.

Os que ganham até ½ do salário mínimo estão entre os beneficiários do Programa Bolsa Família. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, o programa atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional, com renda familiar por pessoa limitada a R\$ 140,00.<sup>10</sup>

O salário mínimo em vigência (fevereiro de 2011) tem o valor de R\$510,00. Este é o salário nominal, quer dizer, em dinheiro. O salário mínimo necessário para um trabalhador e sua família, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil (capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV), deveria, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), alcançar **R\$2.227,53** em dezembro de 2010.

Ora, se tomarmos a cesta básica<sup>11</sup> como percentual do salário mínimo constatamos que o gasto mensal com alimentação na cidade de São Paulo neste mesmo período alcançava 52%, pouco sobrando para as despesas de maior peso como habitação, vestuário, transporte, educação, saúde e despesas pessoais, todos itens que compõem o Índice de Custo de Vida.

Eis a evolução do gasto mensal com a “ração essencial” despendida pelos trabalhadores em algumas regiões metropolitanas do Brasil:

<sup>10</sup> Informações da página do MDS - <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

<sup>11</sup> Quantidade de gêneros alimentícios considerados de primeira necessidade ou “ração essencial”, como carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão francês, café em pó, banana, açúcar, óleo e manteiga

**Tabela 2 - Cesta básica: gasto mensal em 2009 e 2010**

| <b>Regiões metropolitanas</b> | <b>Gasto mensal em dezembro de 2009</b> | <b>Gasto mensal em dezembro de 2010</b> |
|-------------------------------|---|---|
| <b>Belém</b>                  | <b>204,32</b>                           | <b>226,09</b>                           |
| <b>Recife</b>                 | <b>171,31</b>                           | <b>205,50</b>                           |
| <b>Salvador</b>               | <b>183,15</b>                           | <b>201,70</b>                           |
| <b>Belo Horizonte</b>         | <b>213,97</b>                           | <b>236,24</b>                           |
| <b>Rio de Janeiro</b>         | <b>213,36</b>                           | <b>242,67</b>                           |
| <b>São Paulo</b>              | <b>228,19</b>                           | <b>265,15</b>                           |
| <b>Porto Alegre</b>           | <b>237,58</b>                           | <b>252,15</b>                           |

Fonte: DIEESE. <http://www.dieese.org.br/rel/rac/cesta.xml>

O peso da cesta básica é maior para a maioria da população ocupada, bastando para isso considerar todos os ocupados até 3 salários mínimos que inclui a população ocupada até ½ e a de ½ a 1 salário mínimo. O peso da cesta básica para essa faixa é ainda maior, superior a 70%.

A renda média do trabalhador brasileiro em dezembro de 2010 era, segundo o IBGE, de R\$1.490,61, representando quase três vezes o salário mínimo de R\$510,00. Ainda assim, a renda média representa 66% de R\$2.227,53, salário mínimo necessário estimado pelo DIEESE.

Mas a relevância do salário mínimo é tanto maior quando se sabe que, entre novembro de 2009 e outubro de 2010, período de recuperação dos efeitos da crise mundial no Brasil, "66,7% dos trabalhos contratados foram empregados com remuneração até 1,5 salário mínimo".<sup>12</sup>

O desenvolvimento capitalista no Brasil a partir de 2004 foi caracterizado, no mercado de trabalho, por um aumento dos contratos com carteira assinada, representando um aumento na chamada formalização do mercado de trabalho.

O mercado de trabalho no Brasil desde 2010 está composto em mais de 50% por vagas formais de trabalho, o emprego com carteira assinada que representa teoricamente direitos sociais garantidos por lei. No papel, pois segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vinculado ao governo federal, 37,2% dos trabalhadores com carteira assinada enfrentam situações que colocam a saúde ou a vida em risco, mas apenas 43,2% dos entrevistados declarou receber adicional de insalubridade.<sup>13</sup>

Para os que estão no mercado informal, a situação é muito mais grave, como na construção civil onde representa 36,8%, e no campo do que nas cidades. Mais afetados são os beneficiários do Programa Bolsa Família que recebem até ½ salário mínimo e não tem cobertura da Previdência Social. São 72,% sem cobertura, enquanto na população ocupada o percentual é de 49,8%. Piores são as chances dessa gigantesca parcela da população:

<sup>12</sup> Valor, 28/12/2010: "Rotatividade é maior nos salários mais baixos",. A-15).

<sup>13</sup> Valor, 19/01/2011: "Direito trabalhista não avançou com formalidade do emprego, diz IPEA".

“A inserção dos beneficiários do [Programa] Bolsa Família no mercado formal, quando existe, é bastante precária. Menos de um ano depois da contratação, metade dos beneficiários é desligada, 30% perderão seus empregos em menos de seis meses. Fora do mercado de trabalho, menos de 25% são recontratados nos quatro anos seguintes”, resume estudo de Alexandre Leichsering, doutor em estatística e consultor do Ministério do Desenvolvimento Social.<sup>14</sup>

O nível de mobilização do trabalhador para enfrentar a exploração tem sido muito baixo, em boa parte por conta das oportunidades de novas vagas criadas pelo crescimento da economia. Entre 2004 e 2009 foram criadas, anualmente, 1,3 milhão de vagas com carteira assinada e em 2010, esse número praticamente dobrou, com a criação de 2.136.000 de vagas.<sup>15</sup>

Como vimos, 66,7% das vagas criadas até outubro de 2010 eram constituídas por trabalhadores que recebiam até 1,5 salário mínimo ou R\$765,00. Essas pessoas faziam parte do que Karl Marx denomina, no *Capital*, de “infantaria ligeira do capital”, empregados na construção civil, comércio e serviços onde se pagam os piores salários, o trabalho é menos qualificado e protegido. Representava a massa do maior número de desligamentos, embora não em termos percentuais, como se pode constatar na tabela abaixo.

**Tabela 3 – mercado de trabalho: admissões e desligamentos entre novembro de 2009 e outubro de 2010**

| <b>Classes de rendimento</b>       | <b>Admissões</b> | <b>Desligamentos</b> |
|------------------------------------|------------------|----------------------|
| <b>Até 1, 5 salário mínimo</b>     | <b>66,7%</b>     | <b>62,7%</b>         |
| <b>Mais de 1, 5 salário mínimo</b> | <b>36,8%</b>     | <b>37,2%</b>         |

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, publicado em Valor, 28/12/2010: “Rotatividade é maior nos salários mais baixos”.

O insuspeito especialista Alcides Leite, professor de economia da Trevisan Escola de Negócios, adverte sobre a lógica de mercado de trabalho quando afirma, na matéria do jornal Valor, numa interpretação que faz lembrar a descrição da superpopulação relativa de trabalhadores como expressão da lei geral da acumulação de capital formulada por Marx, em *O Capital*:

“O movimento do mercado de trabalho, com dinamismo entre os que recebem menos e com pouca rotatividade nos maiores salários, deve continuar nos próximos anos (...). Além disso, o desempregado por desalento – aquele trabalhador que está fora do mercado de trabalho e não procura emprego – costuma se motivar quando o ritmo da economia acelera. Quando essa massa de reserva volta a buscar emprego, isso vai puxar os salários para baixo e intensificar essa

<sup>14</sup> O Estado de São Paulo, 15/01/2011: “Beneficiário do Bolsa Família fica pouco no emprego e demora a achar nova vaga.”

<sup>15</sup> Informações do IPEA. Ver nota 5. Uma parte dessas vagas não é nova, mas a formalização de vagas existentes.

dinâmica de alta rotatividade entre os que recebem até 1,5 salário mínimo.”<sup>16</sup>

Em números, eis como funciona concretamente a concorrência entre os trabalhadores: em 2009, 10 milhões de ocupados (10,8% da população ocupada naquele ano) estavam buscando uma vaga de trabalho que pagasse e oferecesse melhores salários e condições de trabalho, enquanto 8.420.000 desempregados também procuravam trabalho, certamente para aceitar o que estava sendo recusado pelo outro contingente.<sup>17</sup> Mas essa transferência de posições tem seus limites no próprio sistema capitalista. Na fase atual, devido a tecnologia já incorporada ao capital fixo, os postos de trabalho exigem escolarização até o 2º. grau completo, deixando à margem milhões de trabalhadores. São aqueles integrantes da “nova pobreza” para os quais não há mais futuro no mercado de trabalho formal, de modo que a mobilidade social é uma possibilidade aberta apenas para a geração de seus filhos.

De tudo o que dissemos não se deduz que a situação dos trabalhadores com carteira assinada e rendimento acima de três salários seja necessariamente mais estável que a dos demais.

Nas montadoras de veículos do ABC, a maioria dos operários metalúrgicos admitidos é composta por empregados por tempo determinado, contrato que pressiona cada um a aumentar a produtividade individual do trabalho ao máximo e, portanto, à concorrência com seus próprios companheiros, para se candidatar a uma futura vaga no núcleo estável das empresas, empregados por tempo indeterminado.

### **Acumulação de capital, emprego e salários... e uma crise à vista**

A unidade das centrais sindicais em torno da valorização do salário mínimo consiste, então, como vimos, em balizar a luta por baixo. Em nenhum momento o salário mínimo **necessário** é colocado em pauta. É uma das formas como se manifesta a colaboração de classes dos trabalhadores com o capital, de tal modo que se projeta como uma política de longo prazo. Para Antonio Neto, presidente da CGTB,

“... a unidade das centrais é para fazer com que o nosso país cresça aplicando uma política de correção do salário mínimo, com ganhos reais, até 2023”.

Sabemos que os trabalhadores se habituaram a aceitar o capitalismo como uma ordem natural, assim como o ar que se respira e a água que se bebe; portanto, inevitável e “eterna”. O máximo a se buscar são melhorias nos limites desta ordem. Para os trabalhadores significa trabalhar mais e intensamente para aumentar a “riqueza nacional”, da qual esperam receberem o devido quinhão. Não por acaso o fim da ditadura militar em 1985 foi acompanhado da promessa do “resgate da dívida social”.

Como observa um estudo do DIEESE,

“Ao longo do século passado, especificamente das décadas de 30 a 70, o país obteve vigorosos

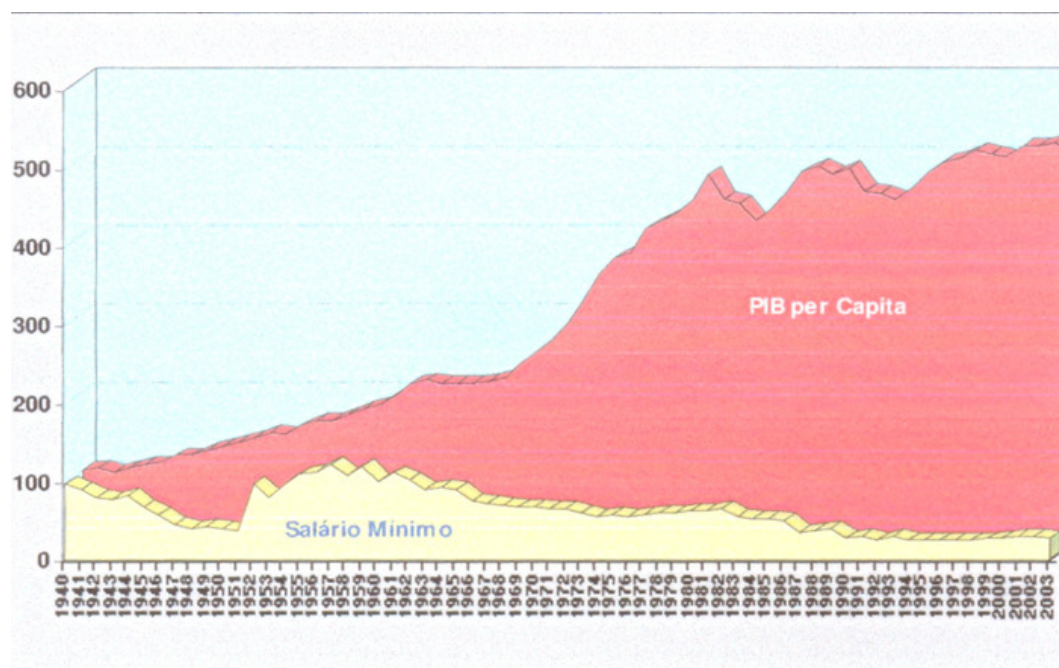
---

<sup>16</sup> Valor, 28/12/2011: “Rotatividade é maior nos salários mais baixos”, A 5.

<sup>17</sup> Folha de São Paulo: “11% dos ocupados buscam emprego melhor”, B1 e 3.

ganhos de produtividade e viu sua economia crescer a taxas médias anuais superiores a 7%, sem, contudo, promover a elevação do padrão de vida de sua população neste mesmo compasso. O Gráfico 1, que compara a evolução do PIB per capita com a evolução do valor real do salário mínimo, é uma boa indicação do descompasso entre estas duas dimensões. Em tal período, viu-se, inequivocamente, que é possível, infelizmente, combinar a elevação da produtividade com a exclusão social e a concentração da renda.”<sup>18</sup>

**GRÁFICO I - PIB PER CAPITA E SALÁRIO MÍNIMO REAL  
1940=100**



O raciocínio de que alguma coisa é melhor do que nada ou ruim com ele, pior sem ele, é o senso comum do conformismo. O emprego – que nada mais é do que o meio do capital explorar a força de trabalho para produzir valor – tornou-se uma meta governamental propagandeada como uma vantagem enaltecida pelos sindicalistas alinhados com o governo. Certamente trata-se do conformismo da massa desorganizada e submetida à dura imposição da concorrência entre os próprios trabalhadores que estimula a busca de saídas individuais como mudança de emprego ou realização de sacrifícios pessoais para garantir o estudo dos filhos.

Os dados apresentados no tópico anterior permitem supor que o crescimento da economia capitalista não se deu com grandes investimentos em máquinas e mudanças tecnológicas de processo, exceção feita aos setores relacionados à exportação como mineração, produtos agropecuários (soja, açúcar, cítricos, carnes), petróleo e gás e outros, voltados para o mercado interno, como a indústria automobilística, na segunda metade da década de 2000. A taxa de investimento como proporção do PIB oscilaram, ao longo da primeira década do século XXI, em torno de 17%, uma taxa considerada baixa para

<sup>18</sup> DIEESE. Nota Técnica n. 89: maio 2010.



um forte crescimento econômico do ponto de vista capitalista que deveria, segundo o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, aumentar dos atuais 19% para 23% do PIB.<sup>19</sup> Maiores investimentos em tecnologia tenderiam, aliás, a aumentar a exploração do trabalho que “naturalmente” sustenta o crescimento da economia.

Na realidade, esses investimentos ocorreram principalmente na segunda metade da década de 1990, quando as empresas passaram por uma forte “reestruturação produtiva”, isto é, reduziram a força de trabalho aumentando a produtividade dos empregados com o recurso de automação parcial e, sobretudo, a organização dos processos de trabalho de acordo com uma adaptação nacional do modelo japonês de “produção enxuta”.

Na década seguinte, havia uma grande capacidade ociosa na indústria, por conta da contenção do consumo e do gasto público, em virtude da subordinação estrita do crescimento econômico ao capital financeiro no governo de Fernando Henrique Cardoso. A possibilidade da retomada do crescimento foi percebida pelo grupo dirigente do Partido dos Trabalhadores já em 1998. Uma fase de grande crescimento da economia mundial a partir de 2001 sinalizou a oportunidade desse grupo, com Lula à frente, abandonar definitivamente os laivos socialistas ainda persistentes na idéia de promover a “economia solidária” à custa da economia capitalista para chegar ao governo.

A partir de 2004 o crescimento se manteve, sustentado externamente na forte procura de produtos agrícolas e de matérias-primas por parte da economia chinesa e pelo contexto geral de crescimento da economia mundial. Então assistimos às manifestações, no emprego e nos salários, da lei geral da acumulação capitalista.

Num breve parêntese, cabe fazer aqui algumas considerações sobre esta lei. Ao apresentar a lei geral da acumulação do capital, Marx afirma a importância do aumento do capital sobre o destino da classe operária. Neste processo a composição do capital aparece como o fator mais importante nessa determinação. Por composição do capital do ponto de vista do valor entende a proporção do capital dividida em capital constante ou valor dos meios de produção (máquinas, equipamentos, aperfeiçoamentos técnicos) e em capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. É o que denomina de composição orgânica do capital<sup>20</sup>

O aumento contínuo do capital ou a acumulação ampliada de capital, traduzida anualmente para uma economia nacional numa certa taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, traz consigo o aumento de sua parte variável, ou seja, a parte do capital utilizada para contratar e pagar a força de trabalho. Se a composição orgânica do capital permanece invariável, sem crescimento do capital constante, a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos operários crescerão na proporção e rapidez do aumento do capital, escreve Marx.

Sob estas condições mais favoráveis aos trabalhadores, conclui Marx, a exploração da força de trabalho assume formas mais “toleráveis”, conseguindo viver um pouco melhor,

---

<sup>19</sup> Valor, 16/12/2010: “Governo anuncia reforma em crédito de longo prazo”, D 1.

<sup>20</sup> Karl Marx. O Capital. Livro I, Capítulo XXIII.

alimentar-se mais com o salário recebido, aumentando o consumo de roupas, de móveis e mesmo constituir uma pequena poupança. Em nossos dias, equivale a endividar-se e, nos ramos melhor pagos da indústria e dos serviços, ao ponto de contar com a participação nos lucros e resultados para... quitar as dívidas. A exploração capitalista persiste, apesar do fato dos salários aumentarem em consequência da acumulação do capital. Como adverte Marx, isso significa apenas que o volume e o peso das "cadeias de ouro" que o trabalhador assalariado forjou para si próprio ao empregar-se para o capitalista, podem subjugar-lo sem manter as cadeias tão tensas como seriam as de ferro. No caso do Brasil, isso significa distinguir, por exemplo, os metalúrgicos do ABC dos operários da construção civil. Ambos os setores da classe operária são explorados, inclusive os metalúrgicos até mais por conta dos investimentos em capital constante nas montadoras de veículos serem maiores do que na construção civil, mas, do ponto de vista salarial isso significa distinguir, nas cadeias da exploração, o ouro do ferro.

Na tabela a seguir, elaborada pelo DIEESE, podemos observar uma série histórica da renda do trabalho assalariado em seis regiões metropolitanas no período de 1998 a 2010:

**Rendimento médio real dos assalariados, por sexo  
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998/2010  
(em Reais de janeiro de 2010)**

| Período        | Regiões Metropolitanas e Distrito Federal |        |          |                  |        |          |              |        |          |
|----------------|---|--------|----------|------------------|--------|----------|--------------|--------|----------|
|                | Belo Horizonte                            |        |          | Distrito Federal |        |          | Porto Alegre |        |          |
|                | Total                                     | Homens | Mulheres | Total            | Homens | Mulheres | Total        | Homens | Mulheres |
| <b>1998</b>    | 1164                                      | 1254   | 1022     | 2112             | 2218   | 1965     | 1297         | 1395   | 1146     |
| <b>1999</b>    | 1124                                      | 1211   | 1001     | 2143             | 2261   | 1983     | 1278         | 1388   | 1118     |
| <b>2000</b>    | 1094                                      | 1179   | 977      | 1991             | 2133   | 1802     | 1260         | 1372   | 1103     |
| <b>2001</b>    | 1099                                      | 1193   | 968      | 2014             | 2164   | 1824     | 1247         | 1354   | 1092     |
| <b>2002</b>    | 1101                                      | 1179   | 994      | 1985             | 2110   | 1822     | 1223         | 1315   | 1099     |
| <b>2003</b>    | 997                                       | 1082   | 884      | 1749             | 1879   | 1579     | 1130         | 1212   | 1018     |
| <b>2004</b>    | 1025                                      | 1118   | 906      | 1759             | 1866   | 1622     | 1145         | 1217   | 1044     |
| <b>2005</b>    | 999                                       | 1081   | 891      | 1774             | 1869   | 1654     | 1145         | 1222   | 1037     |
| <b>2006</b>    | 1119                                      | 1209   | 1000     | 1846             | 1962   | 1693     | 1153         | 1246   | 1025     |
| <b>2007</b>    | 1150                                      | 1235   | 1038     | 1962             | 2075   | 1816     | 1181         | 1263   | 1069     |
| <b>2008</b>    | 1220                                      | 1330   | 1079     | 2075             | 2171   | 1949     | 1195         | 1272   | 1097     |
| <b>2009</b>    | 1274                                      | 1378   | 1144     | 2148             | 2257   | 2008     | 1221         | 1311   | 1109     |
| dezembro/2009  | 1288                                      | 1396   | 1155     | 2089             | 2232   | 1920     | 1255         | 1381   | 1099     |
| janeiro/2010   | 1287                                      | 1396   | 1159     | 2076             | 2194   | 1935     | 1220         | 1340   | 1072     |
| fevereiro/2010 | 1279                                      | 1396   | 1139     | 2025             | 2140   | 1885     | 1241         | 1358   | 1098     |
| março/2010     | 1306                                      | 1429   | 1155     | 2076             | 2176   | 1946     | 1237         | 1352   | 1094     |
| abril/2010     | 1332                                      | 1515   | 1108     | 2076             | 2171   | 1954     | 1236         | 1351   | 1093     |
| maio/2010      | 1342                                      | 1506   | 1141     | 2085             | 2183   | 1962     | 1234         | 1346   | 1087     |
| junho/2010     | 1359                                      | 1544   | 1134     | 2042             | 2106   | 1962     | 1238         | 1353   | 1091     |

### Regiões Metropolitanas e Distrito Federal

| Período        | Recife |        |          | Salvador |        |          | São Paulo |        |          |
|----------------|--------|--------|----------|----------|--------|----------|-----------|--------|----------|
|                | Total  | Homens | Mulheres | Total    | Homens | Mulheres | Total     | Homens | Mulheres |
| <b>1998</b>    | 1082   | 1129   | 1001     | 1167     | 1263   | 1029     | 1845      | 2011   | 1584     |
| <b>1999</b>    | 1045   | 1090   | 970      | 1080     | 1159   | 972      | 1768      | 1919   | 1540     |
| <b>2000</b>    | 1004   | 1055   | 917      | 1066     | 1139   | 961      | 1650      | 1805   | 1411     |
| <b>2001</b>    | 1009   | 1071   | 907      | 1047     | 1114   | 954      | 1531      | 1672   | 1325     |
| <b>2002</b>    | 977    | 1024   | 905      | 1047     | 1111   | 959      | 1416      | 1522   | 1256     |
| <b>2003</b>    | 823    | 867    | 753      | 961      | 1002   | 903      | 1349      | 1449   | 1202     |
| <b>2004</b>    | 789    | 843    | 707      | 1000     | 1048   | 932      | 1366      | 1470   | 1215     |
| <b>2005</b>    | 785    | 818    | 730      | 1000     | 1070   | 904      | 1374      | 1495   | 1200     |
| <b>2006</b>    | 838    | 875    | 781      | 993      | 1053   | 911      | 1374      | 1481   | 1228     |
| <b>2007</b>    | 857    | 885    | 814      | 1012     | 1046   | 965      | 1364      | 1474   | 1210     |
| <b>2008</b>    | 871    | 904    | 820      | 1108     | 1172   | 1027     | 1357      | 1483   | 1185     |
| <b>2009</b>    | 882    | 919    | 824      | 1111     | 1166   | 1040     | 1351      | 1460   | 1205     |
| dezembro/2009  | 890    | 924    | 841      | 1122     | 1200   | 1031     | 1362      | 1483   | 1202     |
| janeiro/2010   | 921    | 951    | 876      | 1120     | 1185   | 1041     | 1380      | 1500   | 1220     |
| fevereiro/2010 | 929    | 953    | 891      | 1113     | 1174   | 1036     | 1363      | 1472   | 1218     |
| março/2010     | 928    | 957    | 880      | 1152     | 1212   | 1075     | 1332      | 1435   | 1193     |
| abril/2010     | 906    | 933    | 862      | 1148     | 1222   | 1054     | 1311      | 1436   | 1140     |
| maio/2010      | 902    | 946    | 833      | 1150     | 1210   | 1073     | 1335      | 1484   | 1129     |
| junho/2010     | 922    | 964    | 859      | 1147     | 1195   | 1083     | 1324      | 1470   | 1120     |

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego  
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Inflator utilizado: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

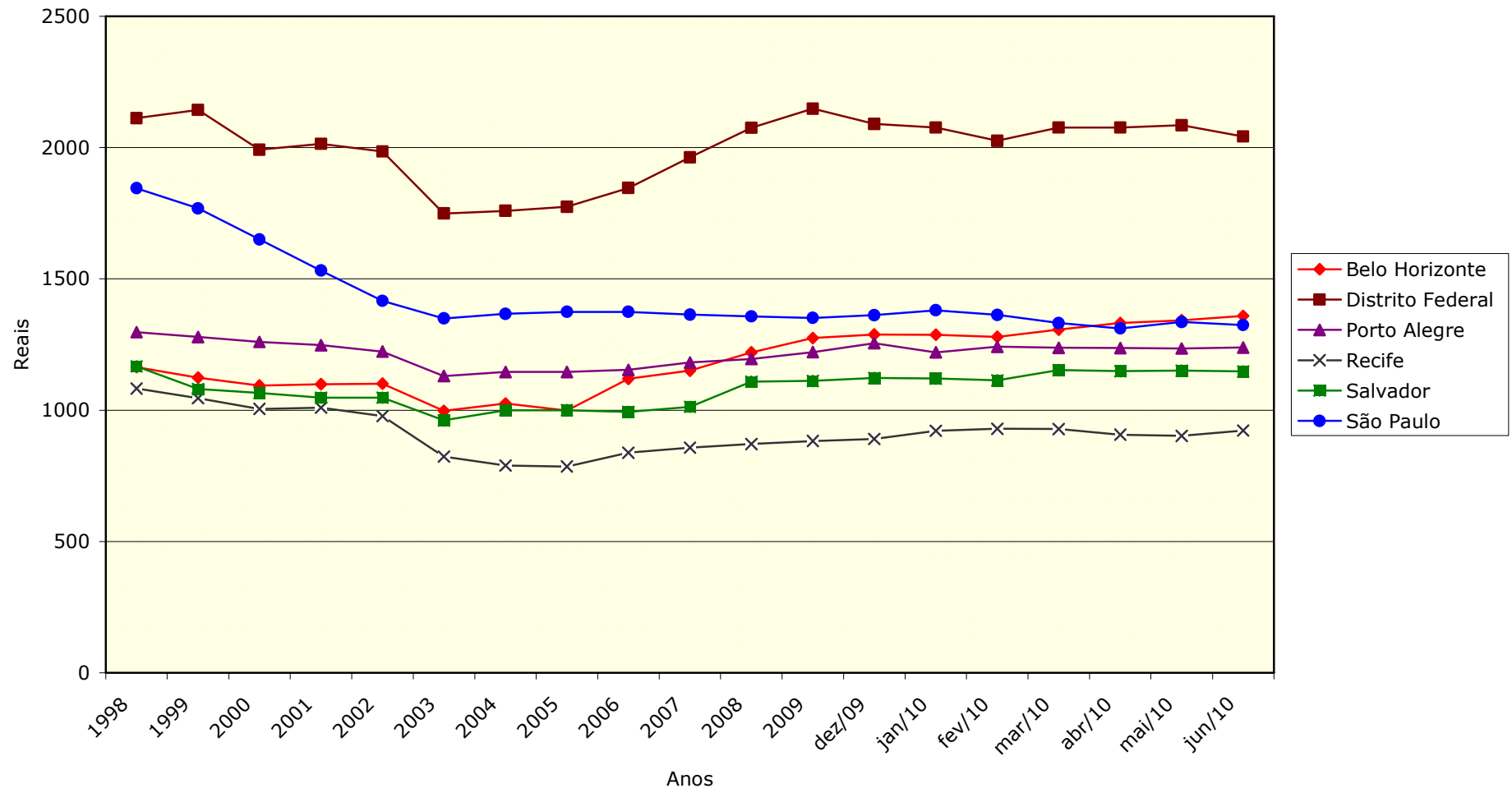
b) Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Podemos observar melhor, no gráfico abaixo, como a renda média dos assalariados não havia alcançado o patamar de 1998 no primeiro semestre de 2010, com a exceção de Belo Horizonte<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> A região metropolitana do Rio de Janeiro não tinha até aquele momento sido incluída na pesquisa. Os dados posteriores tomam como base o ano de 2002 e a pesquisa já inclui o Rio de Janeiro, caracterizando a série praticamente como pertinente ao governo Lula.

## GRÁFICO II

Rendimento médio real dos assalariados - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal -  
1998/2010 - (em Reais de janeiro de 2010)



Vale acrescentar que essa evolução se manteve até o momento atual, embora várias categorias, como a dos metalúrgicos, dos químicos, petroleiros e bancários, tenham auferido ganhos acima da inflação no período de 2009-2010.

As condições favoráveis ao trabalho assalariado sob o governo Lula, como aumento do emprego e da massa salarial, permitindo endividamento e maior consumo – que explicam inclusive a mais longa paz social em regime democrático burguês de nossa história republicana – podem, contudo, ser brutalmente destruídas pelas mudanças no ciclo da economia.

Esta possibilidade não foi abertamente levantada pelo governo e sim pelos economistas alinhados ao capital financeiro, com repercussão diária na grande imprensa.<sup>22</sup> Contudo, os sinais de uma crise à vista já tinham sido percebidos pelo governo de Lula em meados de 2010 e uma avaliação nesse sentido foi incorporada no discurso de vitória de Dilma Roussef no final deste ano.

Esses sinais se manifestaram, ao longo de 2010, na elevação dos preços da alimentação e, principalmente, dos serviços de saúde, de transporte público, de educação e despesas pessoais que compõem o índice do Custo de Vida apurado pelo DIEESE. Todos esses aumentos levaram a inflação alcançar 5,91% em dezembro de 2010, mas deve-se acrescentar também os aumentos nos preços do material de construção civil, o aumento do preço do aço, etc. A par de aumentos de produtos como soja e carne que aumentaram no mercado internacional e poderia ser encarada como uma “inflação importada”, a maioria dos aumentos tem raízes no crescimento acelerado da economia nos últimos anos que alcançou a taxa de 7,5% em 2010.

Outro sinal de uma eventual crise é o endividamento com aumento da inadimplência. Um dos meios para expandir a produção capitalista além da capacidade de consumo imediata da sociedade é, como sabemos, o crédito e, portanto, o endividamento das pessoas, famílias e empresas. No Brasil, o crédito como proporção do PIB em 2003 era, segundo o Banco Central, de apenas 23%; em 2010 dobrou, atingindo 47%. A inadimplência, medida em atrasos de pagamentos de crédito acima de 90 dias, estava em 5,9% para pessoas físicas em novembro de 2010, um nível considerado baixo. Mas as dificuldades para prosseguir o endividamento aumentarão.<sup>23</sup>

A avaliação governamental de que ocorrerá uma desaceleração no ritmo de crescimento da economia mundial, serviu de orientação para “refrear” o crescimento da economia brasileira, tendo o ministro Guido Mantega previsto um aumento entre 4 e 4,5% em 2011, contra 7,5% alcançado em 2010.<sup>24</sup> De um lado, o problema é imediato, pois o governo federal já aumentou a taxa de juros e as exigências para empréstimos. Por outro, representa o caminho para uma reforma do setor financeiro no Brasil, para atrair capitais estrangeiros para os investimentos em infra-estrutura capazes de assegurar a retomada do crescimento pelo menos no patamar de 2010.<sup>25</sup>

O aumento da taxa de juros de 10,75% para 11,25% e a exigência de mais capital dos

---

<sup>22</sup> A exemplo da matéria publicada no jornal O Globo, 23/05/10: “Superaquecimento, super-gargalo”

<sup>23</sup> O Globo, 02/01/2011: “Crédito mais caro pode elevar calote”.

<sup>24</sup> O Globo, 02/01/2011: “Mantega: desaceleração atingirá Brasil”.

<sup>25</sup> Valor, 16/12/2010: “Governo anuncia reforma em crédito de longo prazo”, D 1 a 3.

bancos quando estes financiarem empréstimos em prazos superiores a 24 meses são, ao lado da redução do gasto público ainda em discussão, as medidas de forte desaceleração do nível de emprego e da massa salarial, estimada em 3% para 2011 contra 7% em 2010.<sup>26</sup>

A "agenda dos derrotados" defendida por Mantega é a expressão de um compromisso histórico, assumido desde 1999 por todos os governos, de Fernando Henrique Cardoso a Lula e agora Dilma, de que o ritmo de crescimento da economia não poderia superar o crescimento do produto potencial, sendo este definido por uma taxa de crescimento que não eleve a inflação acima da meta. Em outros termos, uma meta prefixada de inflação é que define a taxa de acumulação de capital. Manter a inflação em patamares mínimos é fundamental para assegurar a remuneração do capital financeiro, impedindo o deslocamento do capital para os setores com preços altos e para evitar futuros os conflitos entre capital e trabalho, decorrentes dos mesmos aumentos.

### **E agora?**

Tal como no passado, as negociações entre as centrais e o governo sempre foram uma "conta de chegar". Até o momento em que terminamos de escrever estas palavras, o governo Dilma Roussef mantém a corda esticada em torno do mínimo de R\$545,00. Como o resultado dessa negociação que acabou num impasse foi precedido de conversas particulares de Gilberto Carvalho com cada central sindical, podemos esperar novos passos na negociação direta. Essas conversações já deixam claro, porém, a atitude do governo frente às centrais sindicais de não considerá-las como um único movimento.

Em matéria publicada pela Agência Brasil após a reunião entre as centrais sindicais e o governo, Paulinho, presidente da Força Sindical, afirmou que "*a atitude do novo governo representa uma ruptura com a do governo Lula e frustra os trabalhadores*", enquanto Gilberto Carvalho, secretário-geral da Presidência da República atenuou as críticas para dizer que o atual governo "*defende os direitos dos trabalhadores do país.*"<sup>27</sup>

Apesar da "frustração" e das manifestações junto às bases sindicais, como o ato da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC no portão da Volkswagen em São Bernardo do Campo, durante a troca de turno entre 05 e 06:00 horas do dia 01 de fevereiro, o tom baixou e a declaração abandonou as críticas iniciais que caracterizaram a posição governamental como a incorporação da "agenda dos derrotados". Na avaliação da reunião do dia 04 de fevereiro, a posição é amplamente revista, de modo que propostas do governo como a da correção da tabela do IR valer para os quatro anos do mandato de Dilma foram consideradas por esses dirigentes como "oportunidades de novas melhorais", a ser, "portanto, aproveitadas".<sup>28</sup> A reivindicação da correção da tabela do Imposto de Renda acabou predominando sobre a do aumento do salário mínimo.

---

<sup>26</sup> O Globo, 02/01/2011: "Crédito mais caro pode elevar calote".

<sup>27</sup> Agência Brasil, 04/02/2011: "Governo insiste em mínimo de R\$ 545 e frustra centrais sindicais".

<sup>28</sup> CUT nacional, 04/02/2011: "Governo insiste em R\$545 e negociação emperra". Notícia em <http://www.cut.org.br/destaques/20345/governo-insiste-em-r-545-e-negociacao-emperra>.

A posição do governo Dilma ficou mais fortalecida após o pronunciamento de Lula em Dacar, Senegal, antes de participar de uma mesa do Fórum Social Mundial. O ex-presidente Lula criticou as centrais sindicais como "oportunistas", por querer manipular a inflação ou a taxa de crescimento do PIB para antecipar em 2011 o aumento do salário mínimo que somente deverá acontecer em 2012. E cometeu, sem se perceber, um ato falho, ao afirmar que em política, certamente quando estão em jogo interesses de classe, vale o cumprimento da palavra: *"Não é uma boa política essa de querer mudar a cada ano um acordo que a gente faça. Na política vale, muitas vezes, o cumprimento da palavra."*<sup>29</sup> Por que vale cumprir a palavra? Porque estão em jogo os interesses do capital e a estabilidade imediata do governo Dilma. Os trabalhadores que apertem o cinto, mais uma vez.

O processo ainda não está concluído. Desde as dificuldades criadas pelo governo Dilma, os dirigentes das centrais sindicais consideravam a possibilidade da negociação acabar no Congresso Nacional. Sabiam, pela experiência do passado, tratar-se de um verdadeiro "cassino", termo usado, de acordo com relato de sindicalistas à reportagem da Folha de São Paulo, pelos participantes da reunião de 04 de fevereiro na qual *"perguntaram aos ministros [Mantega, Lupi e Carvalho] se era preferível negociar com as centrais ou com os parlamentares"*.<sup>30</sup> Como as centrais parecem propensas a recorrer ao "cassino" caso não consigam acertar a "conta" com o governo federal, fica anunciado publicamente que resolveram abandonar o palco das ruas, tornando o encaminhamento do aumento do salário mínimo, da correção do Imposto de Renda dependentes da correlação de forças parlamentar. E lá o salário mínimo alcançará o valor da "conta de chegar" como moeda de troca nas negociações do PMDB com o PT em disputa pelas nomeações do segundo escalão. A esse propósito cabe observar que o que parece ser "corrupção" deve ser entendido como "sinecura parlamentar" a forma de funcionamento típica da democracia burguesa, com a oferta de cargos, comissões e influências em instituições do poder executivo em troca de votos ou omissões providenciais para assegurar os interesses do capital. No caso, a estabilidade do crescimento da economia capitalista no Brasil, sem a ameaça de conflitos em torno da distribuição da mais-valia para assegurar a continuidade dos investimentos futuros de capital.

Em outros termos, apesar da derrota nas negociações, essas correntes sindicais não pretendem romper a política de colaboração de classes. Mas há também, ao lado dos dirigentes das centrais que tem sustentado tal política, outros sindicalistas e ativistas, inclusive nas bases dessas mesmas centrais sindicais, que pensam com a própria cabeça e defendem um ponto de vista de classe próprio e independente da burguesia. Os dirigentes dos metalúrgicos de Santos, vinculado à Intersindical, cuja linha é a de privilegiar a mobilização e organização de base dos trabalhadores, apesar de afirmar que *"2011 inicia com grandes perspectivas de crescimento dos postos de trabalho e, conseqüentemente, aumento de lucro das empresas"*, pergunta se para os trabalhadores, as perspectivas são as mesmas. E respondem: *"Se avaliarmos o que tem feito o Estado em relação ao reajuste do Salário Mínimo*

---

<sup>29</sup> O Globo, 08/02/2011: "Lula; sindicalistas são oportunistas", p.3.

<sup>30</sup> Folha de São Paulo, 05/02/2011: "Com mínimo indefinido, centrais ameaçam governo", A 4.

*e dos aposentados e pensionistas, com certeza, não.”*<sup>31</sup>

Eles falam em nome dos interesses imediatos dos trabalhadores e dão forma à inquietação difusa da nova geração de trabalhadores com o estado de coisas vigente.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2011

\*\*\*\*\*

P.S.: companheiros do CVM: Obrigado pela divulgação no portal. É interessante ter colocado dois pontos e escrito "primeiro ato", pois nos dias seguintes saíram a divulgação do corte no gasto público federal de 50 bilhões e a notícia da paralisação de duas horas em várias fábricas metalúrgicas de São Paulo (capital).

O texto "As centrais sindicais e o governo Dilma: primeiro ato" não se esgota na crônica dos fatos cotidianos da política, permitindo constatar o significado do aumento do salário mínimo para a maioria das classes trabalhadoras no Brasil, as características do mercado de trabalho e avaliar o significado real do governo Lula (2003-2010). Mas como qualquer análise é sempre datada e limitada pelos vínculos que o analista tenha ou não com os sujeitos dos processos estudados e assim por diante.

Contudo, a perspectiva adotada na análise continua sendo a mesma. Bem, temos então, nos fatos acima apontados, elementos para acompanhar este "segundo ato" da relação entre as classes trabalhadoras e a burguesia.

As imagens disponíveis na página do Sindicato são de manifestações de operários com macacão nas ruas, o que deixa a dúvida se houve de fato paralisações. Será que a Força Sindical vai capitanear a pressão das bases operárias de seus associados sobre o "cassino" (o Congresso Nacional, na opinião dos dirigentes sindicais) que vai deliberar sobre o aumento do salário mínimo?

Por outro lado, qual é a dimensão real do corte no gasto público federal? É um corte sobre a previsão do aumento do orçamento, como criticam os economistas burgueses? onde entra a negociação em torno do aumento do salário mínimo? Os aumentos salariais do funcionalismo estão incluídos?

A colaboração de classes vigente durante oito anos atrás parece estar estremeçada e o governo Dilma, apesar de apoiado pelo PT e pelas centrais sindicais cada vez mais reticentes, não tem mais o simbolismo do governo Lula para esconder seu caráter de classe.

Eduardo Stotz

---

<sup>31</sup> Sindicato dos Siderúrgicos e Metalúrgicos da Baixada Santista, Boletim "O Metalúrgico", n. 143 - janeiro de 2011: "Campanha Salarial vai contar com a participação dos Aposentados".